

Chinaglia reabre discussão de aumento e inclui governo

Presidente da Câmara cobra de siglas uma posição sobre reajustes no Congresso

Petista afirma ainda que discutirá com o Planalto revisão nos vencimentos do presidente da República e dos ministros de Estado

RANIER BRAGON
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), solicitou ontem aos líderes partidários a posição de suas bancadas sobre o aumento de salários e verbas no Congresso e afirmou que discutirá com o Palácio do Planalto reajuste nos salários do presidente e dos ministros.

O pedido, feito em reunião fechada, é mais um passo na retomada da discussão sobre reajustes nos contracheques e nas verbas dos congressistas. O tema havia sido escanteado no final de 2006 após a frustrada tentativa de elevar em 91% o subsídio de parlamentares.

Já a manifestação de Chinaglia sobre o salário do presidente e dos ministros guarda relação de apenas quatro dias com o discurso em que Luiz Inácio Lula da Silva reclamou dos salários de seus ministros, dizendo que alguns são "heróis" por aceitar ganhar R\$ 8.362,80.

"Se se comparar o salário do presidente da República com o dos parlamentares [R\$ 12.847] e o dos ministros do Supremo Tribunal [R\$ 24.500], acho que o presidente da República ganha pouco", afirmou Chinaglia.

"Vamos falar com o Executivo para tratar desse tema, mas não há posição a priori", disse.

Pela Constituição, o salário do presidente da República e dos ministros é definido pelo Congresso, por meio de decreto legislativo votado na Câmara e no Senado.

Ao solicitar a manifestação dos líderes partidários sobre os reajustes, Chinaglia pretende repartir com eles o possível desgaste das medidas.

De acordo com deputados presentes à reunião, o presidente da Câmara afirmou que pretende fazer tudo "às claras", com votação no plenário.

A princípio, será discutido aumento para dois itens: os salários, hoje em R\$ 12.847, e a verba para contratação de assessores (verba de gabinete), hoje em R\$ 50,8 mil ao mês. A cota para compra de passagens aéreas já foi elevada em

2,6% na última sexta-feira, acumulando um reajuste de 185,8% desde junho de 2000 -a inflação, no mesmo período, foi de 63,8% (IPCA).

Sobre salários, há quase consenso entre os líderes de que o valor deve ser reajustado com base na inflação dos últimos quatro anos. Caso seja usado o IPCA, o reajuste seria de 26,1% (de fevereiro de 2003 a janeiro deste ano), elevando os salários de R\$ 12.847 para R\$ 16.200.

Na reunião com Chinaglia, os líderes de dois dos principais partidos da Câmara, Luiz Sérgio (PT-RJ) e Onyx Lorenzoni (PFL-RS), manifestaram apoio ao reajuste do salário pela inflação. "É a única coisa em que PFL e PT concordam", ironizou um dos presentes.

Já sobre a verba de gabinete, o maior defensor do reajuste é o segundo-secretário da Mesa, deputado Ciro Nogueira (PP-PI), que quer elevá-la em 28,1% (de R\$ 50,8 mil mensais para R\$ 65,1 mil). Isso significaria reajuste acumulado nos últimos dez anos de 225%. A inflação no período foi de 91%.